

“ENTRE A MINHA CASA E A CASA DA PATROA”: ITINERÁRIOS, CONSUMO E HISTÓRIAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE NOVA IGUAÇU, BAIXADA FLUMINENSE – RJ

“BETWEEN MY HOUSE AND BOSS’S HOUSE”: ITINERARIES, CONSUMPTION AND STORIES OF DOMESTIC WORKERS IN NOVA IGUAÇU, BAIXADA FLUMINENSE - RJ

“ENTRE MI CASA Y CASA DEL JEFE”: ITINERARIOS, CONSUMO E HISTORIAS DE TRABAJADORES DOMÉSTICOS EN NOVA IGUAÇU, BAIXADA FLUMINENSE - RJ

Tatiane de Oliveira Pinto¹

Resumo

Neste trabalho apresento uma reflexão acerca da vivência de trabalhadoras domésticas da Baixada Fluminense, por meio da chave analítica que contempla a relação entre o espaço da casa (tanto aquele em que se vive, como o espaço onde se trabalha), demarcar os itinerários percorridos por meio de suas atividades funcionais e trajetórias de vida. O estudo foi desenvolvido a partir de uma etnografia, onde foram empregadas a observação participante e entrevistas. O universo de pesquisa foi composto por sessenta trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, com idades entre 30 e 70 anos. Nesse espaço da casa, por meio da adequação da área física, da construção (em alguns casos, irregular), da decoração, entre outros fatores, foi possível identificar o esforço que cada uma dessas trabalhadoras dispõe para reconhecer em si uma capacidade mínima de consumo e, por isso, a necessidade de trabalhar arduamente, sem cessar ou esmorecer.

Palavras-chave: Trabalhadoras domésticas. Histórias. Casa. Consumo.

Abstract

In this work, I present a reflection on the experience of domestic workers in the Baixada Fluminense, through the analytical key that contemplates the relationship between the space of the house (both the one where one lives and the space where one works), demarcating the itineraries traveled by through their functional activities and life trajectories. The study was developed from an ethnography, where participant observation and interviews were used. The research universe was composed of sixty domestic workers, mostly black, aged between 30 and 70 years. In this space of the house, through the adequacy of the physical area, the construction (in some cases, irregular), the decoration, among other factors, it was possible to identify the effort that each of these workers has to recognize in themselves a minimum consumption capacity and, therefore, the need to work hard, without ceasing or fading.

Keywords: Domestic workers. Stories. Home. Consumption.

Resumen

En este trabajo presento una reflexión sobre la experiencia de las trabajadoras del hogar en la Baixada Fluminense, a través de la clave analítica que contempla la relación entre el espacio de la casa (tanto el que vive, como el espacio donde se trabaja), delimitando el itinerarios recorridos a través de sus actividades funcionales y trayectorias de vida. El estudio se desarrolló a partir de una etnografía, donde se utilizó la observación participante y las entrevistas. El universo de investigación estuvo compuesto por sesenta trabajadoras del hogar, en su mayoría negras, con edades comprendidas entre los 30 y los 70 años. En este espacio de la casa, a través de la adecuación del área física, la construcción (en algunos casos, irregular), la decoración, entre otros factores, se

¹ Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2004), mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2007) e doutorado em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC - FGV / RJ (2019). Atua como professora no curso de graduação em Serviço Social, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: oliveira.tatianede@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9717-4597>

pudo identificar el esfuerzo que cada uno de estos trabajadores tiene para reconocer en sí mismos un mínima capacidad de consumo y, por tanto, la necesidad de trabajar duro, sin cesar ni desvanecerse.

Palabras clave: Trabalhadores domésticos. Cuentos. Hogar. Consumo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca da vivência de trabalhadoras domésticas da Baixada Fluminense, especificamente da cidade de Nova Iguaçu, a partir de suas relações de trabalho, suas elaborações de consumo e cidadania, e a constituição de marcadores sociais no ambiente laboral. A discussão a ser traçada faz parte de um estudo maior realizado em meu processo de doutoramento², que originou a tese intitulada *“Eu tinha uma certa liberdade”*: Famílias, direitos e dispositivos de resistência de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu – RJ.

O estudo foi realizado através de uma etnografia e, como estratégias metodológicas para o trabalho de campo, foram utilizadas a observação participante e entrevistas.

Ao longo do período em campo para a elaboração da tese, as categorias família e trabalho foram percebidas como eixos centrais nas vivências das trabalhadoras domésticas remuneradas e, a partir de cada uma dessas categorias, outros elementos-chaves foram se conectando, como a casa e os caminhos percorridos entre suas realidades cotidianas e seus espaços de trabalho, as casas das famílias empregadoras³.

Na elaboração deste artigo busco, portanto, por meio de uma chave analítica que contempla a relação entre o espaço da casa (tanto aquele em que se vive, como o espaço onde se trabalha), demarcar a especificidade do espaço geográfico da Baixada e os itinerários percorridos pelas trabalhadoras domésticas em suas atividades funcionais e trajetórias de vida.

Gilberto Velho (2012), a partir de uma experiência particular e direta com trabalhadoras domésticas, realizou uma etnografia caracterizada por um depoimento pessoal que descreve anos de interação e convívio com mulheres, que atuavam no serviço doméstico e, em sua análise está presente a questão de gênero, uma vez que ele avalia a relação entre um patrão e suas funcionárias. Nos termos do autor, o trabalho é um valor intensamente associado à vida da família, envolvendo expectativas, padrões de interação e reciprocidade, considerando o aparecimento regular na dinâmica cotidiana e nos discursos de suas funcionárias, de figuras de seus pais, irmãos, filhos, netos e primos nas redes de relações.

² Doutorado em História, Políticas e Bens Culturais, CPDOC – FGV, RJ.

³ Não há nesse artigo dados e informações sobre as casas dos patrões, uma vez que a pesquisa foi com as trabalhadoras domésticas. As informações acerca de seus espaços de trabalho foram todas oriundas de suas próprias narrativas.

Para a maioria das mulheres entrevistadas, o trabalho doméstico foi uma das poucas opções de ocupação devido às realidades de cada época, além da baixa escolarização. Na atualidade, houve um declínio no interesse pelo emprego doméstico, sobretudo por jovens negras periféricas, uma vez que possuem outras alternativas de ingresso no mercado, entre outros fatores, e não estão optando pelo serviço doméstico. Outro fator são as políticas afirmativas, que destinam cotas sociais e raciais às jovens, oportunizando o ingresso no ensino superior. Apesar disso, ainda há um universo considerável de mulheres atuando no serviço doméstico, onde estão concentrados mais de 6 milhões de trabalhadores, contando com 93% de mulheres e 61% de mulheres negras (DIEESE, 2013). Hoje há o predomínio de soluções intermediárias, como as figuras de diarista ou folguista, contrastando com o esquema tradicional de emprego doméstico permanente em uma só casa, tendo em vista as preocupações centrais, como dormir em sua residência, cuidar dos filhos e do casamento.

A condição modesta de doméstica não elimina um expressivo papel de mediação e comunicação entre categorias sociais e níveis de cultura (VELHO, 2012). E a existência de uma característica bastante particular no serviço doméstico é a de transitar entre diferentes contextos, espaços, meios e situações, observando, escutando e comparando. Por meio dessa ação, as trabalhadoras domésticas são agentes de mudança social, uma vez que reinterpretam e reinventam relações, códigos e costumes.

A começar por essas primeiras considerações, ao longo do texto pretendo citar algumas situações com as quais me deparei em meu campo de estudo, no decorrer das visitas nas casas das trabalhadoras domésticas entrevistadas. A partir desses encontros oportunizados pela minha investigação, foi possível desvelar algumas características dessas mulheres e alguns significados por elas elaborados acerca de seu trabalho em ‘casas de família’, bem como suas trajetórias e vivências em relação ao consumo e a cidadania.

O artigo está organizado a partir de referencial teórico sobre o trabalho doméstico, seus avanços e discontinuidades, incluindo a situação de precarização agravada pelo contexto da pandemia de Covid 19. Em seguida, apresenta-se uma discussão sobre a Baixada Fluminense, a cidade de Nova Iguaçu e o espaço da casa como o local do serviço doméstico remunerado e espaço de trabalho das mulheres entrevistadas. Na sequência apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, seguidos dos resultados e análises e das considerações finais.

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: DESCONTINUIDADES E PRECARIZAÇÃO

A discussão aqui apresentada – sobre mulheres trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu – nos permite compreender as estratégias individuais cotidianas em relação à construção de identidades e marcadores sociais, bem como a relação que o próprio trabalho apresenta no contato com outros espaços, como a cidade do Rio de Janeiro onde há uma maior remuneração, e até mesmo com o espaço da casa dos patrões.

Investigar a especificidade dessas trabalhadoras pode contribuir, também, para uma maior reflexão sobre as relações de gênero, classe, raça e geração e sobre as mulheres da Baixada Fluminense, um espaço que, por vezes, no ambiente acadêmico, é retratado pelo viés da violência, da precariedade de políticas públicas, da desordem urbana e da política (SANTOS, 2016), mas que também pode remeter a outras representações sociais, como uma posituação desse espaço social por meio das lutas coletivas e os avanços conquistados (FREIRE, 2016).

Após a abolição da escravidão, em fins do século XIX, o trabalho doméstico era a maior fonte de trabalho feminino no Brasil, como informa Macedo (2013). Nesse contexto histórico específico, a ocupação de trabalho doméstico era considerada ajuda e, em contrapartida, as trabalhadoras tinham casa e comida (MELO, 1998 *apud* MACEDO, 2013). Entre as décadas de 1960 e 1970 havia um demasiado estigma e uma forte desvalorização da profissão e era nítido o abismo social entre trabalhadoras domésticas e famílias empregadoras.

Na década de 1970 estudos críticos sobre as trabalhadoras domésticas foram realizados, ressaltando sua exploração e estigma e, foi também nesse período, que o serviço doméstico adquiriu um estatuto de profissão, quando em 1972 a atividade foi regulamentada pela Lei 5.859. Com a crescente inserção das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho, houve um aumento no contingente de domésticas no Brasil e, posteriormente, nos anos de 1990, havia a constatação de que a inserção de mulheres pertencentes às classes mais abastadas se devia, em grande parte, à transferência dos ‘serviços do lar’ para essas trabalhadoras. Macedo (2013), ancorando-se em dados do Ipea 2011, afirma que houve uma determinada profissionalização que é demonstrada nas jornadas de trabalho, nos salários e no registro em carteira profissional, embora ainda exista a desvalorização no mercado de trabalho como um todo. No universo simbólico, assinala a autora, a imagem negativa ainda é uma das marcas do trabalho doméstico.

As mudanças ocorridas desde os anos de 1970, por meio da atenção dos movimentos sociais e através do engajamento de atores políticos e análises acadêmicas feministas tiveram,

num longo prazo, um resultado positivo que foi, em 2013, a alteração da legislação de forma mais contundente: a proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre o trabalho doméstico, implementada em março do referido ano. A emenda equiparou os direitos das trabalhadoras domésticas aos direitos dos demais trabalhadores do Brasil, ancorados na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Desse modo, trabalhadoras domésticas teriam que cumprir uma jornada laboral fixada em 44 horas semanais em regime de trabalho diurno, com direito ao pagamento de adicional noturno e de hora-extra, horário determinado para as refeições e direito a contrato de trabalho, como informam Brites e Picanço (2014). Nos termos de Araújo (2015), o cenário de lutas e mudanças sociais favoreceu a autovalorização dessas trabalhadoras, que podem ser plenamente reconhecidas no meio social, não somente como sujeitos de direitos, mas também como atores de grande relevância para uma representatividade coletiva.

A discussão sobre a “PEC das Domésticas”, foi o momento de maior repercussão pública do tema, cuja aprovação aconteceu em 2013 e a posterior regulamentação em 2015 (FRAGA, 2016). Esse destaque público foi resultado dos projetos legislativos que criaram ou alteraram leis ligadas ao emprego doméstico e, além disso, ao longo desse processo, também houve uma considerável participação nas discussões de numerosos atores sociais, como deputados, senadores, domésticas, patrões, operadores do direito, intelectuais, mídia, sindicatos, organizações não governamentais e população em geral.

Segundo Brites e Picanço (2014), há uma mudança expressiva em curso em relação às domésticas. No entanto, isso não significa que o emprego doméstico no país esteja perto do fim, ou que vá haver uma ruptura da estrutura de base do emprego doméstico porque ele produz e reproduz as desigualdades estruturantes da sociedade. A princípio, podemos pensar em uma transformação no âmbito do serviço doméstico porque nos dias atuais existem mulheres/trabalhadoras mais escolarizadas, com um maior acesso aos direitos, que negociam salários e folgas dentro de um regime de direito. Um regime de direito que, ainda, não reduz a distância social e simbólica entre domésticas, patrões e suas famílias.

Apesar do avanço na legislação, o quadro atual do trabalho doméstico se caracteriza pela informalidade e ainda por relações desiguais e de opressão entre domésticas e famílias empregadoras. Mesmo com a regulamentação da profissão e o acúmulo de mais de oitenta anos de reivindicações do movimento nacional de trabalhadoras domésticas⁴ e, com a ajuda de

⁴ Não foi possível abordar neste artigo a história do movimento organizado de domésticas, mas existem inúmeros estudos que demonstram a importância dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, em todo o Brasil, bem como da FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, espaços extremamente necessários e relevantes na luta por direitos e por melhores condições de trabalho para a categoria (PINTO, 1993; BERNARDINO-COSTA, 2007; GUIMARÃES, 2016).

diversas instituições e atores da sociedade civil, há nessas mulheres uma clara percepção da relevância de seu trabalho para as famílias empregadoras e sobre seus direitos. O desafio, porém, permanece quanto à efetivação desses direitos, no cumprimento da lei e em uma desconstrução da atual dinâmica social no Brasil, que confere às relações de trabalho uma enorme ambiguidade e profundas desigualdades.

Para além disso, é importante mencionar que no contexto pandêmico essas mulheres se viram, novamente, expostas à um ofício precarizado, onde muitas adoeceram, perderam seus empregos e permanecem se mobilizando há pouco mais de 12 meses, desde que a primeira vítima fatal do novo Coronavírus no Brasil, em março de 2020, foi identificada como uma trabalhadora doméstica (PIZZINGA, 2021).

Segundo Mello (2021), com o início da pandemia do Covid-19, a precarização do trabalho doméstico se evidenciou, trazendo destaque para sua relevância e essencialidade, ainda que formalmente não tenha sido incluído no rol de atividades essenciais⁵, considerando a exposição a que as domésticas estão submetidas “em prol do conforto da família brasileira ou com a justificativa de proporcionar a saída de outras mulheres do espaço privado” (MELLO, 2021, p. 272). Para a autora, as trabalhadoras domésticas foram postas em risco ou mesmo ‘confinadas’ na casa dos patrões, para manter atividades domésticas de outras famílias em funcionamento.

A realidade das domésticas no contexto pandêmico acirrou sua condição de vulnerabilidade, na dimensão sanitária e também na perspectiva trabalhista. Citando pesquisas recentes, Araújo e Oliveira (2021) enumeram os fatores dessa maior vulnerabilidade e precarização, tais como a proximidade física como um dos aspectos do serviço doméstico; uma maior exposição ao contágio no deslocamento até o trabalho, por meio de transportes públicos; a impraticabilidade de exercer seu ofício de casa; o maior risco de demissão ou afastamento não remunerado; a sobrecarga de trabalho reprodutivo, tendo em vista a redução da disponibilidade de serviços educacionais, acolhimento, alimentação e cuidados, que atinge tanto os patrões e patroas e também as famílias e comunidades das domésticas (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2021).

Esses fatores potencializam uma situação de extrema desigualdade social já existente e denuncia as condições e vulnerabilidades a que a população menos favorecida está exposta.

⁵ Como exemplo, Mello (2021) menciona o estado de Pernambuco, onde foram expedidos os Decretos nº 49.017, de 12 de maio de 2020, e o nº 49.024, de 16 de maio de 2020, ambos com o objetivo de diminuir a infecção pelo Coronavírus, que passaram a entender determinadas modalidades de trabalho doméstico como essencial, como o trabalho das babás de filhos de profissionais da saúde e da segurança que estivessem atuando durante a pandemia, e das cuidadoras de idosos e deficientes, fazendo com que pudessem ser demandadas por seus empregadores.

Conforme nos alerta Melo (2020), em uma sociedade já abatida pela crise econômica com milhões de desempregados e desalentados, a tragédia da pandemia expõe de forma dramática as desigualdades de classe, raça e gênero presentes no Brasil.

Como forma de enfrentamento à essa crise, desde o início da pandemia no Brasil, conforme documentaram Araújo e Oliveira (2021), houve um engajamento de sindicatos da categoria para a arrecadação e distribuição de cestas básicas às domésticas que foram desligadas de suas atividades, além de ações recorrentes de campanhas junto às famílias empregadoras para que se sensibilizassem em relação às trabalhadoras que prestavam o serviço doméstico. Dessa forma, as domésticas se organizaram nos sindicatos estaduais e desenvolveram diversas ações que assegurassem seus direitos e pudessem se opor às situações de vulnerabilidade a que estão expostas, por meio de campanhas de divulgação de informações sobre direitos das domésticas e deveres dos empregadores no período de pandemia; acolhimento, publicização e apoio jurídico para denúncias de violação de direitos, até mesmo divulgando situações de exploração e violências, como assédio e cárcere privado.

A BAIXADA FLUMINENSE, A CIDADE DE NOVA IGUAÇU E A CASA COMO ESPAÇO DE TRABALHO

Pensar a Baixada Fluminense na contemporaneidade nos permite refletir sobre questões de ordem urbana, assim como as imagens das comunidades, bairros pobres e territórios inseguros, como aponta Miagusko (2013). O autor, em artigo que discute os sentidos das políticas de pacificação na cidade do Rio de Janeiro e seu impacto na Baixada Fluminense, aborda as diferentes representações sobre a região. Para ele é possível identificar duas representações recorrentes que caracterizam o território: uma relacionada à precariedade da ação estatal que pode em um primeiro momento, remeter a ausência do Estado; e outra representação que une violência e a constituição do “mercado político”, com a conformação de uma imagem da Baixada como território violento.

A definição da Baixada Fluminense possui uma conotação polissêmica, como ressalta Marques (2006). Dependendo do lugar de onde se observa, da atuação ou interesses de pesquisadores, instituições ou grupos políticos, a região assume contornos geográficos, econômicos, políticos e culturais distintos. Desse modo, há dificuldades em conceituá-la e delimitá-la geograficamente. Atualmente, os órgãos oficiais do estado do Rio de Janeiro e dos municípios ainda dividem a região de forma bastante diversificada. Em outras configurações, localizam-se onze municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti,

Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Paracambi, Guapimirim, Japeri e Magé; outros ainda acrescentariam o município de Seropédica (MARQUES, 2006).

Até os anos 1980, a Baixada foi marcada pelo estigma da miséria e violência e, com um contorno pejorativo, foi conformada como um município dormitório que era, na prática, declarado a ser uma reserva de “mão-de-obra e curral eleitoral” (NOGUEIRA, 2008, p. 03), por interesses de uma elite empresarial e política que não se comprometia com as questões sociais. No entanto, a partir do início do século XXI, a Baixada se firma como região estratégica para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. O sítio, anteriormente conhecido como a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, hoje é visto com um território dinâmico e em transformação, tendo em vista a implantação de variadas ações, como a abertura do Arco Metropolitano, a ampliação do porto de Itaguaí, a construção de parques aquáticos, dentre outros. Em suma, existem novas definições para esse subespaço diante da nova realidade socioeconômica.

Nova Iguaçu, fundada em 15 de janeiro de 1833, ainda como Vila de Iguaçu, na atualidade, é o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial e o segundo maior em população. A cidade possui um dos núcleos comerciais mais importantes do Estado do Rio de Janeiro, um polo que atrai consumidores de cidades do entorno. A pequena aglomeração se converteu em um fervilhante subúrbio de onde partem, diariamente, milhares de pessoas, utilizando-se de trens e ônibus, para praticarem sua profissão em diversos espaços laborais na metrópole, como refere Segadas Soares (1962). O que se percebe é que a elevação da renda, os novos padrões de consumo e a maior heterogeneização social traduziram um processo de ruptura com o que se entendia por “cidade-dormitório”, quase sempre identificada como “síntese das grandes distâncias entre a área de trabalho e local de moradia, do processo de autoconstrução, das ruas empoeiradas e dos elevados índices de violência” (SANTOS, 2016, p. 69).

Para além do estigma mencionado anteriormente, há também a invisibilidade de quem mora em Nova Iguaçu (FREIRE, 2016). Conforme aponta Freire (2016), as denominações da Baixada apresentam uma experiência comum que define um modo de vida baixadense, mas também se baseiam em críticas sobre as estigmatizações vivenciadas por seus moradores, em momentos de circulação na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. Assim, também há, por parte das comunidades da Baixada, ações locais, mobilizações coletivas e busca pela legitimidade. E nessa direção, há nos termos de Barreto (2004) um movimento novo, uma tentativa de positivação, uma vez que, em um discurso para-fora, há uma identificação com a

Baixada que destaca a ideia de comunidade, de uma origem comum, da produção e diversidade culturais.

Problematizar a questão do trabalho doméstico remunerado no âmbito da Baixada Fluminense, nos consente pensar na especificidade de espaços populares que possuem particularidades, quanto aos atores sociais que deles fazem parte, e das relações entre esses atores. Este artigo se justifica, portanto, como uma possibilidade de contribuição para os estudos das mulheres na Baixada Fluminense, em particular da cidade de Nova Iguaçu, além de possuir questões que demonstram a pertinência em problematizar o trabalho feminino para os grupos populares.

Na perspectiva desses grupos e, em específico, para as trabalhadoras domésticas, é possível afirmar que em épocas recentes o consumo foi modificado. No entanto, para essas mulheres há um esforço para que, ao final do mês, as contas sejam compatíveis com o salário ou com a soma das diárias recebidas. Itens como aparelhos eletroeletrônicos, aparelhos celulares e outros artefatos do universo do consumo, eram facilmente identificados nas entrevistas ou nas casas em que estive. No entanto, ficou claro, também, que a maior parte do que as trabalhadoras recebem tem como destino a educação dos filhos, o pagamento da faculdade ou escola particular deles, além do provimento de suas casas.

Além disso, em seu cotidiano de trabalho, as domésticas dedicam grande atenção ao que acontece na casa da patroa, o que tem importantes implicações no campo do consumo. Ao lidarem diariamente com o estilo de vida das classes médias e altas, estão em contato com novas possibilidades e, o olhar diário para o cotidiano da “casa de família” onde trabalham recai, especialmente, para o estilo de vida dos patrões, o que pode gerar críticas ou aspirações. “O importante de reter é que estar dentro de uma casa de família de um extrato social superior cria um ambiente propício a um aprendizado para o consumo, o que não significa uma assimilação direta e passiva do que é visto no trabalho” (BARROS, 2007, p. 230-231). Um exemplo disso acontece quando as trabalhadoras domésticas remuneradas comparam determinadas aquisições das famílias empregadoras, como viagens ao exterior e acessórios femininos caríssimos, à recusa de um aumento de salário, ou ao simples pagamento de um direito como o imposto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nessa dinâmica entre o trabalho das domésticas e a dimensão privada das famílias empregadoras, muitas são as possibilidades de análises e, aqui, a intenção é refletir sobre algumas delas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi desenvolvido a partir de uma etnografia, numa tentativa de buscar “pela lógica e pela coerência internas do discurso do universo pesquisado” (O’DONNELL, 2013: 07), que foram grupos de mulheres pobres, trabalhadoras domésticas e moradoras da cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A decisão por realizar o estudo nessa perspectiva foi inspirada nos trabalhos de Cláudia Fonseca (2004) e Liane Silveira (2014), que dentre suas temáticas trataram de estudar as relações de gênero, classe e trabalho doméstico. Fonseca (2004), ao narrar a importância do olhar etnográfico, destaca que os dados coletados em campo não falam por si mesmos e sim são adaptados pelo pesquisador a questões de debates relacionados a academia. Em suas palavras, a etnografia foi fundada pela necessidade em se encontrar outras maneiras de ver, ser e estar no mundo.

Para a execução do trabalho de campo, foram empregadas a observação participante e entrevistas⁶, consideradas como importantes meios de análise científica relevantes. A observação participante é uma técnica de coleta de dados onde a presença do pesquisador em um contexto social é sustentada para fins de investigação científica e está intimamente relacionada ao grupo investigado, onde aquele que pesquisa pode participar de seu ambiente ‘natural’ e social. Como informa Becker (1999), a característica do observador é a sua participação na vida cotidiana do grupo ou arranjo que estuda. As entrevistas nos autorizam averiguar questões do estudo, permitindo ao informante a possibilidade de oferecer suas elaborações sem restringir a dimensão do pesquisador. É, também, um método de análise científica, cujo direcionamento e olhar do entrevistador são muito importantes na definição e sucesso do ofício de coleta de dados, como sublinha Salem (1985).

O universo de pesquisa foi composto por sessenta mulheres, majoritariamente negras, com idades que variavam entre 30 e 70 anos e todas moradoras do município de Nova Iguaçu.

Para a realização das entrevistas concentrei minha análise em três caminhos variados: algumas entrevistadas foram localizadas em um curso de capacitação de cuidador (a) de idosos e babá, oferecido por uma instituição beneficente na cidade de Nova Iguaçu; outras entrevistadas tinham vínculo com dois sindicatos de trabalhadoras domésticas e, uma terceira possibilidade de acesso a essas trabalhadoras, foi uma rede de mulheres, que constituiu por meio da indicação das primeiras entrevistadas, através da técnica conhecida como “bola de

⁶ A pesquisa contou ainda com uma importante entrevista de história oral com a trabalhadora doméstica aposentada e sindicalista Nair Jane, cujos dados obtidos foram editados e publicados na Revista Mundos do Trabalho em 2018, no dossiê intitulado “Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas”.

neve” que utiliza, em um primeiro momento, informantes-chaves, nomeados como “sementes”, com a intenção de indicar algumas pessoas com o perfil desejado para a investigação. Para Vinuto (2014), as sementes auxiliam o investigador a dar início a seus contatos e a mapear o grupo a ser pesquisado. Em momento posterior, os sujeitos indicados pelas sementes indicam novos contatos com as características demandadas e, assim, sucessivamente. Foram especificamente essas mulheres da referida ‘rede’ que abriram suas casas para que eu as entrevistasse.

As casas das trabalhadoras domésticas, de um modo geral, se particularizam por construções simples, dispostas por pequenos cômodos e, em alguns casos, edificadas de forma improvisada e irregular. Algumas dessas casas são localizadas em um terreno compartilhado com familiares das trabalhadoras domésticas e há aquelas localizadas em vilas. No conjunto de casas visitadas também haviam algumas com uma boa estrutura, bastante amplas em termos de tamanho, com bom acabamento e conservação. Assim, essas casas, em específico, destoavam um pouco do padrão da maioria das residências a que tive acesso.

As trabalhadoras entrevistadas receberam-me com acolhimento e hospitalidade, o que me causou certa surpresa e entusiasmo com as visitas e com o que esses momentos poderiam contribuir em minha análise. Nos termos de Roberto DaMatta (1997, p. 52), as visitas sempre foram uma questão muito particular da vida social brasileira, na qual “o ritual de receber tinha (e ainda tem) requintes quase barrocos, pois significava abrir o espaço da casa para um estranho”. Eu, de fato, me sentia como uma “visita”, uma estranha, mas fui recebida com toda atenção possível para aqueles momentos. As visitas e as entrevistas eram agendadas em finais de semana, aos sábados e/ou domingos, dias que coincidissem com as folgas das trabalhadoras. Posteriormente, algumas dessas entrevistas serão referidas aqui e as mulheres, que terão suas identidades preservadas⁷, aparecerão nessa descrição do campo, onde procuro mencionar suas trajetórias por meio do itinerário de trabalho entre as suas casas e as casas das famílias empregadoras. Cabe ressaltar que houveram mulheres que optaram por conceder a entrevista de forma mais reservada e nossos encontros aconteciam do lado de fora da casa, no portão ou mesmo na calçada. Também tive a oportunidade de entrevistar uma trabalhadora doméstica em seu local de trabalho, na casa de sua patroa.

Por fim, ressalto que durante as entrevistas não era incomum meu constrangimento e a sensação de estar incomodando aquelas mulheres dentro de suas casas, espaços íntimos e privados. Desde as primeiras incursões em campo eu era tomada por diferentes sentimentos como curiosidade, timidez e embaraço até me dar conta da importância de estar ali e o que eu

⁷ Os nomes citados neste artigo são fictícios.

poderia depreender a partir daquele contato valioso, do ponto de vista da pesquisa. Meu desconforto também tinha relação com a disponibilidade daquelas mulheres e da pouca desconfiança em conversar comigo. Eu, certamente, não ficaria confortável na presença de um (a) estranho (a) e a maioria delas não demonstrou desconforto.

RESULTADOS E ANÁLISES

Estar em campo me oportunizou estar mais próxima das mulheres entrevistadas e conhecer o espaço físico onde moravam. Os locais de residência das trabalhadoras a que tive acesso estão localizados em bairros da periferia da cidade de Nova Iguaçu, como o distrito de Austin e os bairros Jardim Santa Eugênia, Cabuçu e Chacrinha que, como outros espaços periféricos, carecem de infraestrutura básica como saneamento e planejamento urbano, além de serem espaços estigmatizados, como locus de violência e perigo. Importante registrar que esses bairros são também espaços com uma sociabilidade muito particular, que, para além da questão da localidade, contam com o ânimo e mobilização de seus moradores na tentativa de superação da falta de recursos locais. Sobre a concentração de grupos populares na periferia, Sarti (2005) acentua que estes criam um espaço próprio, identificando seu lugar nas cidades, diferenciando-se de moradores de áreas urbanas mais centralizadas. Em meu estudo, foi possível perceber a particularidade desses lugares e uma referência coletiva que pode ser identificada, entre inúmeros fatores, na relação com a vizinhança e no anseio compartilhado de “melhorar de vida”, que pode também depender do deslocamento para a cidade do Rio e da relação com a patroa e com a casa da patroa, na maior parte dos casos.

Dou início à minha discussão com a história de Rosa, diarista de 52 anos, que me narrou um episódio muito particular quando sua patroa esteve em sua casa e se mostrou extremamente surpresa com a realidade encontrada. Nas palavras de Rosa:

Minha patroa ficou pasma de ver minha casa limpa, grande e bem cuidada! Porque rico acha que empregada doméstica é gorda, sem dente, com casa sem reboco e com filhos feios [risos] (Rosa, 52 anos, diarista; citação do caderno de campo de 10 de abril de 2016).

Ao que pude perceber, a casa de Rosa conta com um espaço físico amplo, parece ser muito bem conservada, e sua família possui dois automóveis. Para muitas pessoas essa pode ser uma realidade atípica, como pode ter sido o caso da patroa. A indignação da trabalhadora doméstica com o espanto da patroa reforça as diferenças de classe e o imaginário social de que os grupos populares possuem um perfil de extrema carência material, de pouco cuidado consigo e com a própria prole. A narrativa de Rosa, que, inclusive, foi uma das entrevistadas

que mais me chamou atenção, demonstra o preconceito de sua patroa e uma forma estigmatizada de se pensar os sujeitos de outra classe social. Cabe ressaltar que, enquanto pesquisadora do serviço doméstico remunerado, eu não me isento de possuir um olhar estigmatizado e/ou preconceituoso porque, inclusive, me coloco também no lugar de patroa e, desvelar essas questões em campo ao longo do processo etnográfico me causava certo acanhamento, sobretudo, em relação aos meus privilégios como mulher e trabalhadora. Conforme explicitarei em minha tese, embora não houvesse nenhuma regra institucional, as entrevistas ocorriam em um clima bastante descontraído, eu me sentia à vontade e podia observar em detalhes as casas e os espaços onde eu e as mulheres entrevistadas estávamos. Deste modo, posso afirmar que foram poucos os momentos de embaraço e constrangimento de minha parte, mas foram em casos pontuais, quando eu considerei ter ultrapassado o limite da intimidade de uma casa ou algo do tipo.

Outra moradia que se destacava das demais casas em que estive e que também parecia não fazer parte do senso comum foi a casa de Dona Gorete, que mora em um apartamento alugado no bairro da Posse, bem decorado, com móveis de boa qualidade e com muitos aparelhos eletroeletrônicos. A trabalhadora doméstica atua como cozinheira mensalista junto a uma família que, de acordo com os pormenores⁸ mencionados ao longo da entrevista, possui um alto poder aquisitivo. No dia de nosso encontro, Dona Gorete me mostrou, orgulhosa, alguns adornos e objetos de decoração de seu apartamento, como quadros e vasos que foram oferecidos pela patroa. Em suas palavras:

A minha relação com meus patrões é muito boa! Eu devo muito a eles, porque eles já me ajudaram muito... me ajudaram com empréstimo de dinheiro e me deram de presente alguns móveis daqui de casa... TV, geladeira, cama box, e até ingressos para os shows do Roberto Carlos e Cirque de Soleil” (Gorete, 71 anos, cozinheira mensalista; citação do caderno de campo de 12 de setembro de 2016).

Por fim, Dona Gorete me mostrou um último cômodo da casa, definido por ela como “quarto de vestir”, que, a meu ver, poderia ser uma ‘adaptação’ de um suposto closet observado na casa da patroa. Nesse quarto de vestir, havia tapete, pufe e um guarda-roupa. Ressalto que, à medida em que Dona Gorete me apresentava sua casa, também enumerava os presentes que ganhara dos patrões: alguns objetos novos, além de presentes como ingressos para shows e espetáculos que, eventualmente, estão em turnê na cidade do Rio, como o de Roberto Carlos e o Cirque du Soleil. No discurso de Dona Gorete, a oferta de

⁸ Nas palavras da doméstica entrevistada, a família empregadora possui como logradouro a Avenida Vieira Souto, no bairro de Ipanema, viajam com frequência para a Europa e pagam de taxa de condomínio um valor em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Também ressaltou que trabalha apenas como cozinheira e que o serviço da casa é dividido com outros trabalhadores domésticos, como passadeira, faxineira e jardineiro.

presentes é um dos motivos pelos quais ela é muito grata aos patrões, que, em sua opinião, a auxiliam muito, mais do que ela merece. A gratidão da trabalhadora doméstica é, também, em razão da doação de bens, novos ou usados, a que tem acesso por meio dos patrões.

Coelho (2006), ponderando sobre a forma assumida pela dádiva na relação entre patroas e trabalhadoras domésticas, assinala um modelo de troca entre pessoas enquanto ocupantes de um papel social, onde a patroa presenteia a trabalhadora com um objeto material, esperando em troca a gratidão. No discurso das patroas apresentado pela autora, a maior motivação para presentear suas funcionárias tem relação direta com a coerção. Há outras razões, como a expectativa da trabalhadora em receber algo, o interesse da patroa em alcançar a confiança de sua funcionária e, com maior ênfase, a demonstração de gratidão por parte da trabalhadora doméstica. Assim, se constitui um padrão de relação em que a oferta de presentes possui, por um lado, uma “obrigação e interesse”, mas que não admite reciprocidade, sendo essa dádiva unilateral. Oferecer presentes possui um “caráter assimétrico”, uma vez que é raro uma patroa receber um presente de uma funcionária. Quando há a retribuição de um presente pela trabalhadora doméstica⁹ surgem os sentimentos de surpresa, piedade e acanhamento. Desse modo, há “uma forma de dádiva em que o doador possui status superior ao receptor, e dá um presente esperando em troca não outro objeto, mas um sentimento: a gratidão” (COELHO, 2006, p. 70).

Nesse ritual de troca há o estabelecimento de uma equivalência entre o objeto e o sentimento, em que se manifesta um importante aspecto da dádiva, que é a demonstração, através de coisas, da relação entre os sujeitos. Ao demonstrar gratidão a trabalhadora confirma a existência de uma hierarquia e se acomoda em seu status inferior, consentindo com um tipo de servidão interminável. “Em uma relação tão fortemente hierarquizada, a retribuição esperada não é material, mas emocional: a expressão de um sentimento que demarcaria a “posição permanente” da empregada em relação à patroa, ou seja, sua servidão” (COELHO, 2006, p. 71). Além disso, a gratidão da trabalhadora doméstica cumpre outro papel: insinua uma possível fidelidade, que é uma das características apreciadas de uma boa profissional pelo olhar da patroa. De modo geral, a patroa oferece como presente aquilo que nega como salário. Portanto, para a trabalhadora doméstica acessar outro universo de consumo por meios próprios poderia supor, em alguma medida, uma igualdade de status social. E, por outro lado, o acesso a um objeto na forma de presente coopera na conservação da relação hierárquica.

Nos casos particulares das doações (e também sobre a oferta de presentes) se comprova a “transferência de bens materiais” das patroas e patrões para as trabalhadoras

⁹ Em minha investigação não foi observada essa questão, uma vez que as trabalhadoras domésticas não narraram presentear suas patroas.

domésticas (MACEDO, 2013; BRITES, 2001; BARROS, 2007), além da incorporação, por parte destas, de padrões de gosto de seus empregadores, como foi percebido na entrevista com Dona Gorete. Tal sistema de circulação de bens é, na verdade, uma "transmissão de patrimônio", explica Brites (2001). Extrapolando o salário esperado pelo serviço doméstico prestado, as famílias empregadoras doam coisas aos empregados, mas, com um pormenor: o que é doado perdeu a utilidade no padrão de consumo dos patrões, isto é, são "coisas de segunda mão". E aqueles que desfrutam de coisas de segunda mão são pessoas socialmente indicadas: pessoas de "segunda classe" (BRITES, 2001, p. 103). Aquilo que é passado adiante não tem mais utilidade. Considerando que os objetos não estão dissociados dos contextos sociais onde eles circulam, a dádiva é seguida pela significação que assume socialmente. A partir das coisas dadas, tem-se a lógica das relações sociais entre quem doa e quem recebe, sendo que um dos códigos lavrados pela oferta de presentes é o da hierarquia social. O lugar das coisas revela o lugar social e do mesmo modo que a trabalhadora doméstica ocupa, na casa dos patrões, lugares residuais, os itens que ela ganha também são considerados sobras (BRITES, 2001).

Nas casas em que estive era bastante comum, para além dos objetos de 'segunda mão' ofertados, a disposição de eletrodomésticos, principalmente, televisores de LCD, que pareciam ser símbolos de uma tentativa em "melhorar de vida", apesar de as mulheres sempre revelarem que os equipamentos tinham sido comprados em muitas prestações e que foram adquiridos "através do suor do seu trabalho e esforço". Uma situação similar a isso, foi discutida por Jessé de Souza (2018) sobre o drama social das domésticas, onde se planeja consumir por meio de seu ofício. Para ele a perseguição por conquistas materiais por parte da trabalhadora doméstica remunerada afeta, por meio do crediário e suas infinitas prestações, o presente e parte do futuro de sua vida, o que a leva a alargar sua rotina de trabalho para conservar esse novo "padrão de consumo que lhe empresta a sensação de dignidade" (SOUZA, 2018, p. 155). Mencionando a ideologia do self-made (wo)man, segundo a qual "a mulher se faz a si mesma pelo trabalho árduo", o autor assinala a existência de um esforço de autoafirmação, acionado pela trabalhadora doméstica para a obter o reconhecimento social enquanto consumidora, além de afirmar sua dignidade, principalmente para as classes médias para as quais trabalha. Nesses termos, o imperativo de 'trabalhar duramente' se transforma em virtude.

Nas narrativas das domésticas entrevistadas era frequente a afirmação de que, com o pouco que recebem, fazem 'malabarismos' para arcar com o padrão de consumo conquistado, dizendo que com o "suor do seu trabalho" conseguem ter algum padrão de consumo. Muitas, inclusive, têm uma previsão de permanência na ocupação do serviço doméstico atrelada ao

pagamento de uma dívida, à finalização da construção da casa própria ou até finalizarem o pagamento dos estudos de um filho, neto ou sobrinho.

Macedo (2013), ao estudar o consumo cultural entre trabalhadoras domésticas de São Paulo, percebeu que a ação de consumir é um aspecto central na vida das mulheres pesquisadas. Ainda que recentemente alçadas ao status de consumidoras da classe C, pelas análises de mercado e pela imprensa, suas práticas cotidianas de consumo abrangem uma série de táticas, uma vez que essas trabalhadoras realizam um esforço constante de planejamento e negociação para consumir uma série de itens que lhes parece essencial – do ponto de vista utilitário ou simbólico –, ainda que tenham que esbarrar com o estigma de ser pobre. Barros (2007, p. 183), informa que “a intensa compra de eletroeletrônicos, particularmente, se encaixa no que poderíamos denominar aqui de consumo de pertencimento”. Ter acesso a determinados bens autorizaria uma entrada na sociedade de consumo abrangente e itens como televisão e celulares parecem exercer prontamente essa função. Aos se tornarem consumidoras, essas mulheres superam a identidade de “pobre” de modo semelhante a serem trabalhadoras. O consumo – em especial o de produtos eletroeletrônicos – envolve, portanto, um papel importante na constituição de uma identidade positiva perante os pares e os mais favorecidos economicamente.

Outro ponto recorrente nas entrevistas, como uma percepção nativa do espaço simbólico da casa, foi o fato de as trabalhadoras deixarem seus lares (e suas famílias) para cuidarem das casas (e outras famílias) dos patrões. Algumas domésticas se lamentam por terem que deixar sua família e sua casa e que, às vezes, o zelo e o capricho são destinados mais à casa dos patrões do que à sua própria moradia, como me disse Amélia, diarista de 49 anos: “Por ser uma atividade paga, eu cuido melhor da casa das patroas do que da minha casa. Faxina é um trabalho muito cansativo! Cuido da casa das pessoas até melhor!”. Já Morgana, cuidadora de idosos de 46 anos, reforçou o caráter obrigatório de seu trabalho: “Na casa da patroa você é obrigada a fazer tudo bem feito, na sua casa faz por vontade própria e quando pode”. Para Sarti (2005), através do trabalho doméstico e do primor com que é realizado, consolidam-se valores morais importantes para as classes populares, em relação ao espaço da casa, principalmente à limpeza. Sobre essa questão também se situa uma dimensão de dignidade.

Vale mencionar que, para as famílias empregadoras, principalmente para as patroas, dentre as qualidades de uma boa trabalhadora doméstica, estão o zelo e o capricho (MONTICELLI, 2017; KOFES, 2001). Segundo Monticelli (2017, p. 154), a limpeza é o ponto crucial para qualificar uma trabalhadora doméstica como boa, eficiente, além de as patroas

considerarem uma “empregada caprichosa” quando se pode “enxergar a limpeza, sentir o cheiro de limpo, estar tudo no lugar, guardado, passado, feito no capricho, deixando os detalhes impecáveis, fazendo tudo da forma mais higiênica possível”. De tal modo, zelo, capricho e cuidado são atributos de uma casa ideal, onde a trabalhadora doméstica realiza as tarefas, mas quem leva o mérito é a patroa. Liliane, uma babá de 30 anos com quem conversei, demonstrou muita revolta ao se referir ao seu trabalho no espaço da casa dos patrões. Disse que em sua casa – casa de “gente humilde” – se cuida de tudo com muito zelo, com muito cuidado. Já na casa da patroa é “tudo bagunçado”. Nas representações dos trabalhadores, os ricos, os patrões “não fazem bem” o que eles fazem e nem se dispõem a trabalhar como eles, o que assenta o trabalhador em uma posição de vantagem, porque apresenta uma maior disposição para o trabalho. “Aos ricos cabe dar trabalho, em troca de ser cuidado pelo trabalho dos outros, os pobres, fazendo do empregado alguém que ‘cuida’ de seu patrão” (SARTI, 2005, p. 107).

Extrapolando as noções estabelecidas na interação entre as famílias empregadoras e trabalhadoras domésticas, Kofes (2001) realça outros elementos existentes na interface das identidades, que seriam as diferenças e as desigualdades no âmbito do doméstico. Em particular, a autora menciona a limpeza e os limites impostos como constituintes da ritualização que estabelece a interação. A organização do trabalho doméstico é elaborada em torno da limpeza que também exhibe, como referência, a sujeira. Tanto a limpeza como a sujeira possuem uma conotação moral e um valor social. Dentre outros sentidos pontuados por Kofes (2001), está a importância da limpeza em relação com as tarefas domésticas, que são mediadas pela relação patroa e empregada.

Em vias de finalizar minha análise, busquei através da descrição de algumas ‘cenas’ etnográficas, demonstrar como as interações entre trabalhadoras e famílias empregadoras se dão na prática do serviço doméstico e como os significados atrelados ao espaço privado da casa podem variar e nos mostrar como as desigualdades e opressões estão arraigadas nesse ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão apresentada, concluo que as trabalhadoras domésticas são levadas a lidar com um espaço doméstico diferente do seu próprio espaço de moradia, tendo que se adaptar a novos hábitos, costumes, horários e demandas e, para além disso, apreendem novos códigos de comportamento e afazeres domésticos, como limpar, elaborar pratos, entre outras atribuições específicas à sua função. Também fica evidenciado que o espaço físico e íntimo da

casa, como espaço de trabalho para tantas mulheres, pode revelar inúmeros elementos para análise, como um espaço de relações (na maioria das vezes desiguais), estranhamentos aos hábitos e maneiras entre indivíduos pertencentes a classes sociais diferentes.

Considere importante dar destaque às casas das trabalhadoras domésticas, por ponderar que esse espaço se apresenta como uma primeira referência para elas acerca da dimensão do privado e de um ambiente com uma função muito naturalizada, que é a atribuição ao feminino pelos afazeres domésticos. Nesse mesmo espaço da casa, por meio da adequação da área física, da construção (em alguns casos, irregular), da decoração, entre outros fatores, foi possível identificar o esforço que cada uma dessas trabalhadoras dispõe para reconhecer em si uma capacidade mínima de consumo e, por isso, a necessidade de trabalhar arduamente, sem cessar ou esmorecer. Com o pouco que ganham, as trabalhadoras domésticas se consideram verdadeiras malabaristas para sustentar o padrão de consumo conquistado, dizendo que, com o “suor do seu trabalho” e “trabalhando com fé”, conseguem, minimamente, consumir algo de que precisam ou anseiam.

A permanência no serviço doméstico como possibilidade para mulheres de grupos populares não permite que os limites de uma socialização para a domesticidade sejam ultrapassados, como afirma Farias (1983). Na relação entre patroas e trabalhadoras existem elementos ideológicos que justificam as relações de dominação presentes nesse universo laboral e reveladas nas diferentes formas de exploração e discriminação social, por parte das patroas, e, por outro lado, despertando nas trabalhadoras domésticas, em suas experiências da condição subordinada, sentimentos de conformação, ambiguidade e, às vezes, até de revolta que as coloca em uma posição de resistência às opressões de uma vida inteira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marina Macedo. **Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

ARAÚJO, Verônica Souza de; OLIVEIRA, Rachel Barros de. “Cuida de quem te cuida”: A luta das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 126-151, 27 fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48187>. Acesso em 12 Mai de 2021.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Revista Campos** v. 5, n, 2, p. 45-64, 2004.

BARROS, Carla. **Trocas, hierarquias e mediação**: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas. Tese (Doutorado). Instituto COPPEAD de Administração. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BECKER, Howard S. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. *In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRITES, Jurema & PIKANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Ano 19, nº 31, p. 131-158, 2014. Disponível em: <http://relet.iesp.uerj.br/>. Acesso em: 06 set. 2015.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

COELHO, Maria Claudia. **O valor das intenções**: dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DIEESE. O Emprego Doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, nº 68, 2013.

FARIAS, Zaira Ary. **Domesticidade: “cativeiro” feminino?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

FRAGA, Alexandre Barbosa. **O serviço doméstico sob os holofotes públicos**: alterações na articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil (Estado, mercado e família). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

GUIMARÃES, Pilar Carvalho. **De trabalhadoras a militantes**: a luta das mulheres do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas-SP. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2016.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. **Espelho mágico**: empregadas domésticas, consumo e mídia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História** - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano IV, nº 6, abril de 2006.

MELO, Hildete Pereira. A vida das mulheres em tempos de pandemia! **Friedrich-Ebert-Stiftung** (FES) Brasil. Abril de 2020. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16797.pdf>. Acesso em 08 Jun 2020.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. As trabalhadoras domésticas e a dupla face da violência doméstica em tempos de pandemia. **Revista Direito Público**, [S.l.], v. 17, n. 96, jan. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4381>. Acesso em 12 Maio 2021.

MIAGUSKO, Edson. **'Chatuba não é favela': margens, representações sociais e UPPs no Rio de Janeiro**. In: 37.º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. 37.º Encontro Anual da ANPOCS: Programa e Resumos. São Paulo: ANPOCS, 2013. p. 224-224.

MONTICELLI, Thays Almeida. **“Eu não trato empregada como empregada”**: empregadoras e o desafio do trabalho doméstico remunerado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. Baixada Fluminense. In: TORRES, Gênesis. **Baixada Fluminense: a construção de uma história**. Sociedade, economia, política. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

O'DONNELL, Julia. Caminhos de uma antropologia urbana. In: **Anuário Antropológico** [Online], II | 2013. Disponível em: <http://aa.revues.org/502>. Acesso em 10 Mar de 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991)**. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Educação. Universidade de Campinas, Campinas - SP, 1993.

PIZZINGA, Vivian Heringer. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, e 25, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v46/2317-6369-rbso-46-e25.pdf>. Acesso em 12 Maio 2021.

SALEM, Tânia. Entrevistando Famílias: Notas sobre o Trabalho de Campo. In: NUNES, Edson de Oliveira (org) **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, 47-64 p.

SANTOS, Everaldo Lisboa. **Novos Espaços de Consumo: Estudo sobre as casas de festa em Nova Iguaçu (RJ)**. In: Anais do XI SEUR e V Colóquio Internacional Sobre Comércio e Consumo Urbano Eixo temático – Comércio e Consumo Urbano. Pelotas – RS: UFPEL, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEGADAS SOARES, Maria Terezinha. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol, 2, nº 24,

p.155-256, 1962. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf. Acesso em: 16 mar. 2016.

SILVEIRA, Liane Maria Braga da. **Como se fosse da família**: a relação (in) tensa entre mães e babás. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers: Faperj, 2014.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

VELHO, Gilberto. O patrão e as Empregadas Domésticas. *In: Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 69, 2012, pp. 13-30.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas*, Campinas, v. 44, p. 203-220, 2014.